

## PREFÁCIO

**Prof. Dr. Bernd Frohmann**

Autor Convidado dos V Seminário Memória e Linguagem e  
I Seminário de Pesquisa em Documento e Memória: Materialidade e Discurso  
(UNIRIO-UFF – 2007)

Nas páginas de abertura de *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, Gilles Deleuze e Félix Guattari escreveram: o próprio “livro é uma pequena máquina.”<sup>1</sup> Eles insistiram em perguntar o que um livro faz ao invés do que ele quer dizer: “perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades se introduz ou metamorfoseia a sua”. Este é um bom conselho e eu gostaria de respeitar seu espírito em meus comentários sobre os artigos que se seguem e que foram primeiramente apresentados nos *V Seminário Memória e Linguagem e I Seminário de Pesquisa em Documento e Memória: Materialidade e Discurso*, em Julho de 2008, na Unirio, Rio de Janeiro. Meu objetivo é identificar conceitos de intensidade suficiente para multiplicar os fenômenos de interesse para os estudos da informação. Estarei mais voltado para a força produtiva dos conceitos e idéias aqui apresentadas do que com questões de validade, precisão da representação ou verdade.

Os estudos históricos e epistemológicos de informação, apresentados por **Maria Nélida González de Gómez**, abordam a dispersão dos assuntos da informação contemporânea trazida à tona por um deslocamento fundamental em regimes de informação, no qual o Estado, como primeira fonte de demandas a respeito do conhecimento, é substituído por uma multiplicidade de configurações refletindo a diversificação de tais demandas, as quais são agora dirigidas por imperativos de estratégias econômicas, formas organizacionais complexas, novas tecnologias e novas distribuições de recursos humanos tanto no setor público quanto no privado. Sua habermasiana “terceira via” ataca o impasse nos estudos de informação entre interpretação hermenêutica e um paradigma analítico-popperiano. O conceito de “indecidibilidade a *priori* dos fenômenos e processos de informação” direciona o pensamento para a ética e a política de informação através de análises dos modos, maneiras, técnicas, protocolos e sistemas de *controle* de informação. A “indecidibilidade estrutural da informação” é fundamentada na análise tripartite habermasiana das potencialidades narrativas, sociais e das estético-expressivas, que evocam explorações de como, por que meios, por que ações e por que atores essa indeterminação fundamental é confrontada e configurada. Ao ligar essas explorações a um conceito de regime de informação, que “que prescreve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para seu processamento seletivo”, González de Gómez situa seus estudos históricos e epistemológicos de informação num largo horizonte de “infopolíticas” envolvidas nas territorializações, codificações ou mecanismos de controle da indeterminação a *priori* e das ilimitadas potencialidades da informação e das ações de informação. A atenção ao

deslocamento histórico nesses regimes não só desnaturaliza categorias e codificações estabelecidas, mas permite-nos “melhor reconstruir a episteme informacional local contemporânea.”

**Lídia Silva de Freitas** produz idéias com afinidades àquelas de González de Gómez, especialmente com respeito à política, às instituições, ao poder e à legitimação. Freitas interroga os conceitos de documentação e escrita dentro de uma robusta rede de idéias produtivas: modos de acreditação e distribuição social de saberes, a distinção de Pierre Nora entre sociedades de história e de memória, o poder instituidor da documentação do conhecimento, os efeitos da estratificação social, os sistemas de legitimação textual, a distinção entre *saber* e *conhecimento*, controle do discurso através da gestão do arquivo, a “ilusão da fixação de sentidos” como um efeito documentário e o controle de sentidos através da “gramatização”, para nomear apenas os mais instigantes para este leitor. Estes conceitos são mobilizados num projeto de pesquisa crítico (em ambos os sentidos da palavra, significando “crítico” e “indispensável”) que pretende tornar visíveis os processos históricos contingentes e os efeitos do poder e do controle institucionalizado sobre sistemas de escrita e de documentação, dirigindo atenção especial às várias construções de um conceito de *informação* que com frequência escapa à análise crítica. O trabalho de Freitas complementa o de González de Gómez porque nos oferece uma poderosa rede conceitual que não só desnaturaliza e historiciza um dos nossos mais caros conceitos, mas revela áreas de pesquisa até agora pouco exploradas que são críticas para o que chamamos hoje ciência da informação.

**Eliezer Pires da Silva** e **Geni Chaves Fernandes** recorrem ao pensamento hermenêutico alemão e francês para analisar debates sobre documentação *versus* informação e um debate estreitamente relacionado àquele sobre materialidade *versus* imaterialidade como elementos de controvérsias entre três perspectivas da ciência arquivística: a histórica, a administrativa e a informacional. Começando com a análise de Heidegger da construção da sequência temporal de passado, presente e futuro, como dependentes da existência prévia da temporalidade de *Dasein*, os autores introduzem os quatro “instrumentos do pensamento” de Ricoeur, que conectam o tempo fenomenológico, o tempo vivido da sequência construída, tempo ordenado, universal e “objetivo”. Os quatro instrumentos do pensamento – “arquivos, documentos, rastros e restos” – proveem os autores do recurso teórico necessário para ligar a hermenêutica fenomenológica de Heidegger e Ricoeur a suas análises, que buscam reconciliar ao que os autores se referem como a “concorrência” entre as três perspectivas da ciência arquivística. Tais perspectivas são mapeadas sobre três momentos do que pode ser chamado *temporalização arquivística*: a perspectiva histórica correspondente ao trabalho de construção do arquivo a partir dos “documentos, rastros e restos” do *passado*; a perspectiva administrativa para o trabalho de organização e manutenção do arquivo dentro do e para o *presente*; e a perspectiva informacional para o trabalho de antecipação, projeção e criação de possibilidades

de ação [*affordances*] para uso de recursos arquivísticos no futuro. A prática arquivística é dinâmica porque corresponde ao trabalho de construção do tempo como elaborado na hermenêutica fenomenológica de Heidegger e Ricoeur. Os autores também mapeiam documentação e informação baseados nos momentos da temporalização arquivística. Aceitando como critérios para ser um documento tanto o conceito de prover evidência de Briet quanto o de Buckland, que privilegia a intencionalidade e a percepção de uma coisa como um documento, os autores recorrem à institucionalização de tais intenções, percepções e preocupações com evidência na prática arquivística, para propor a figura do profissional arquivista como a principal fonte de legitimação para o que vale como um documento e para interrogar seu significado. A aporia documentação *versus* informação é superada pelo mapeamento desses dois conceitos a partir da diferença entre (1) o momento histórico da temporalização do arquivo (coletando, preservando e mantendo os traços e restos do passado) e (2) o momento administrativo e informacional que projeta sobre o futuro práticas de evidenciação. Nesta análise da temporalização do arquivo, o documento pertence ao conjunto das coisas materiais do passado arquivado, enquanto informação se torna a expressão imaterial de potencialidade de evidência do arquivo.

**Valdir Jose Morigi, Carla Pires Vieira da Rocha e Simone Smensatto** apresentam uma útil intervenção nos debates sobre materialidade e imaterialidade. Embora eles não abordem explicitamente as categorias relacionadas de documentação *versus* informação, seu artigo é útil aqui também porque sugere pensar sobre um tipo específico de *evento* – a celebração de uma comunidade rural – como uma prática de memorialização documentária, mesmo quando deixa poucos – se algum – dos “traços e restos” que interessam aos arquivistas. Essa possibilidade emerge da oposição entre dois conjuntos distintos de conceitos. De um lado o artigo oferece um rico escopo conceitual para expressar as funções e efeitos de memorialização de celebrações comunitárias como práticas de cultura *imaterial*: sentimentos, pensamentos, crenças, emoções, representações internas, paradigmas “estocados na memória”, necessidades, desejos, valores, processos mentais inconscientes, significados, signo e símbolos. Mas esse conjunto de conceitos interage com outro, que expressa estrutura, forma, padrão, limites, fronteiras e configuração; eles são: cultura, tradição, construção social, estratificação, ancoragem, objetivação, instituições, níveis educacionais e ideológicos, “mediações simbólicas radicadas na esfera pública” e cadeias causais entre estímulos e respostas. Este segundo conjunto articula tipos específicos de resistências e possibilidades de ação [*affordances*] que configuram celebrações comunitárias como mediadoras da tradição e propiciadoras da construção de memória social. Até então estes conceitos expressam forças e poderes que emprestam estabilidade, peso, massa e inércia a formas específicas, identidades, valores e crenças partilhados (“representações sociais” é a categoria coletiva dos autores); eles podem ser observados como expressivos *modos de materialização* dos fenômenos expressos

no primeiro conjunto. Dito de outro modo, quando os artigos do segundo conjunto de conceitos são alinhados aos do primeiro conjunto, sentimentos imateriais, pensamentos, crenças, emoções, representações internas, etc. não são expressões de subjetividade transcendental cuja livre auto-determinação embasa memória como um fenômeno social. Ao contrário, os conceitos do segundo conjunto são posicionados para conferir estrutura, forma e configuração *sobre* sujeitos. Eles *materializam* sujeitos. Esta materialidade não pode ser reduzida à mera fisicalidade, uma distinção já articulada por Foucault em sua concepção da materialidade do *enunciado*, consistindo de sua incorporação institucional, mais do que de uma posição espaço-temporal. Mas dada esta distinção, o segundo conjunto de conceitos do artigo expressam a materialidade da “cultura imaterial” das celebrações da comunidade; o grau de sua forma *documentária* se torna uma função do grau de sua materialidade, mesmo quando eles não deixam “traços e rastros”. A contribuição do artigo para os estudos da documentação podem ser mensurados pela força de suas inferências para a materialidade não física de um tipo específico de *evento*

Gostaria agora de considerar os quatro artigos finais (chamarei-o de conjunto 2) em relação às duas tensões específicas advindas dos quatro primeiros artigos (conjunto 1), tensões que generalizam e expandem as interações entre os dois conjuntos de conceitos identificados no artigo de Morigi *et al.* Muito genericamente, essas tensões advêm das relações entre determinação e indeterminação, forma e não-forma, liberdade e limites. Mais especificamente, e em termos de conceitos muito gerais que animam os artigos do conjunto 1, eles surgem das relações entre documentação e informação e entre materialidade e imaterialidade. Todos os artigos do conjunto 1 mobilizam essas tensões: (1) para González de Gómez, elas emergem das operações dos mecanismos de controle de regimes específicos de informação a partir da indeterminação *a priori* da informação; (2) para Freitas, da modelagem e da configuração realizadas sobre o conhecimento e o significado pelos poderes e técnicas de legitimação instituídos da documentação; (3) para Silva e Fernandes, da criação da forma através do trabalho de distinção entre informação e documentação de acordo com as três categorias fundamentais da ciência arquivística: práticas históricas, administrativas e informacionais; (4) para Morigi *et al.*, da disrupção causada pelas forças de mercado em modos tradicionais de configuração e de estabilização de tipos específicos de eventos.

O conjunto de artigos 2, introduz estudos empíricos cujos conceitos eu quero ler através das lentes dos dois tipos de tensões mencionadas acima, porque acredito que a justaposição dos dois conjuntos de artigos criam uma coleção no sentido deleuziano, sobre o qual é mais útil perguntar: o que esta coleção faz? Primeiro tentarei indicar alguns temas e conceitos partilhados pelo conjunto de artigos 2 e, então, sugerir para onde acho que eles podem conduzir os estudos da informação quando confrontados com a grade de tensões entre

materialidade e imaterialidade, entre documentação e informação ou, mais genericamente entre determinação e indeterminação.

Os temas específicos do conjunto de artigos 2 pode ser muito brevemente sumarizado: (1) **Celso Pereira de Sá** relata as conclusões teóricas de uma comparação empírica da memória histórica de três fenômenos históricos brasileiros: “a descoberta do Brasil [...] o Governo Getúlio Vargas [...] e o Regime Militar” em diferentes populações; (2) **Evelyn Orrico** discute pesquisa sobre várias características da disseminação do conhecimento científico para públicos não-científicos através de jornais populares, televisão, livros textos e jornais; (3) **Diana de Souza Pinto, Branca Telles Ribeiro e Cláudio Gruber Mann** oferecem uma análise etnográfica das características peculiares de grupos focais de discussão entre pesquisadores e treze profissionais de saúde mental sobre questões de sexualidade surgidos no tratamento de pacientes psiquiátricos, como parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a infecção por HIV; (4) **Lucia M. A. Ferreira** relata um estudo de caso sobre a construção de significado através do discurso jornalístico de um evento antes dele ocorrer: o resgate de reféns das FARC.

Tensões de determinação e indeterminação estão expressas nos artigos do conjunto 2 ao longo de um eixo de interações entre indivíduos livres e poderes configuradores exercidos sobre eles por várias *agências* supraindividuais que impõem forma, configuração e determinação. Em sua elaboração teórica de uma perspectiva da psicologia social, Sá enfatiza não só o caráter fluído dos cinco princípios que determinam a construção da memória histórica e de sua divisão dentro de sete tipos, mas já que são sempre as pessoas que lembram, elas o fazem sob muitas determinações: linguagem, cultura, sociedade – o artigo de Orrico acrescenta sistemas de representação a esses três –; exposição à comunicação de massa, documentos do passado e a “capacidade funcional” para mobilizá-los; os “três instrumentos socializantes” da educação, comunicação e arte; idade, persuasão política e relações entre distintos grupos geracionais e acesso a outros que lembram os eventos relevantes. A complexidade de fatores é impressionante mas frutífera já que envolve estudos de informação na pesquisa sobre como conceituar tanto a emergência de forma da complexidade quanto o mecanismo de sua estabilização.

O recurso à interação sociolingüística no artigo de Pinto *et al.* aponta para os modos muito específicos de determinação que dão forma às discussões do seu grupo focal, especialmente parâmetros coletivos [*frames and footings*] que emergem não exclusivamente da psicologia individual mas dos papéis institucionais filtrados pela percepção individual. Aqui também o estudo aponta, para além dele mesmo, para emergência das configurações institucionais que modelam os parâmetros. Os artigos de Orrico e de Ferreira, apontam direções semelhantes, mas desta vez com respeito aos agenciamentos exercidos por certos tipos de mídia sobre

jornalistas, criadores de livros, revistas e livros textos. Ferreira, por exemplo, em sua discussão dos debates entre diferentes formações discursivas que determinam diferentes significados para o resgate de reféns das FARC, refere-se às “propriedades [i]nvariáveis do discurso jornalístico”: “sua submissão às poderosas relações de poder e seus ajustes ao imaginário ocidental de liberdade e bons hábitos”. Uma vez mais, estudos de informação são interpolados por um imperativo para investigar fontes mais abrangentes e profundas de configurações específicas iluminadas pela pesquisa relatada.

Que tipo de recursos conceituais podem auxiliar os estudos de informação a responder ao imperativo comum que emerge do conjunto 2 de artigos e que está explicitamente identificado no conjunto 1 de artigos? Considero que não há uma resposta definitiva a essa questão, não só pela impossibilidade de prever novos conceitos, mas também pelo amplo escopo de recursos disponíveis. Mas o problema é mais geral, às vezes expresso como a questão metodológica de construção de pontes entre níveis de análise macro e micro, e outras vezes como um problema de complexidade teórica: como são estruturados ou configurados espaços de possibilidade? Como agenciamentos materiais moldam e configuram indeterminações imateriais? Este leitor se volta à teoria pós-estruturalista francesa. Os conceitos de *épistème*, *dispositif*, e poder de Foucault estão entre os tantos que convocam os estudos de informação para abordar este problema geral. Seu bem conhecido desafio às concepções filosóficas tradicionais da subjetividade é um bom exemplo de um conjunto de recursos teóricos que os estudos de informação podem usar para responder às tensões expressadas nos artigos deste conjunto. Em sua aula no Collège de France de 14 de janeiro de 1976, por exemplo, ele repensa o problema das relações entre indivíduos e poder pela concepção de indivíduos como intermediários<sup>3</sup> [*relay*] “O Poder é exercido através de redes e indivíduos [...] jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder; eles são sempre seus intermediários” [...] o poder transita pelos indivíduos [...] um dos primeiros efeitos do poder é que ele permite perceber como algo individual corpos, gestos, discursos e desejos [...] O indivíduo [...] é um efeito do poder [power-effect] [...] o indivíduo é um [...] intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 2003, p. 29-30)[1999, p.35]. Quando lido em confronto às observações de Foucault sobre o método, suas reconsiderações sobre o problema da individualidade ganham ainda mais relevância para os estudos da informação. Imediatamente precedente às suas afirmações sobre individualidade, ele introduz “cinco precauções de método” (p.34)[p.40], anotando que “o objetivo não é analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro”, mas “apreender o poder em suas formas e instituições mais regionais”, “no ponto onde se torna capilar”(p.27)[p.32]; devemos tentar “procurar saber como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente os súditos<sup>4</sup> [...] a partir da multiplicidade de corpos, forças, energias, matérias, desejos, pensamentos, etc.<sup>5</sup>” (p.28)[p.33]. Suas afirmações apontam-nos caminhos com que abordar as tensões entre materialidade e indivíduos livres e a

presumida imaterialidade de seus agenciamentos cognitivos e afetivos em termos de espaços de capilaridade, instituições “menores” e forças que expressam ou interceptam os muitos fenômenos de interesse para os estudos da informação.

Foucault é apenas um exemplo. Considero que os estudos da informação podem também se beneficiar dos conceitos de ‘codificação’ e ‘decodificação’, ‘territorialização’ e ‘desterritorialização’ e ‘virtualidade real’ de Deleuze. Podemos nos voltar também para Bruno Latour, que toma idéias dos dois pensadores para desenvolver *a theory of assemblages*<sup>6</sup> que diretamente remete ao estabelecimento de pontes entre micro e macro-níveis analíticos. Seu trabalho é especialmente útil para estudos da informação porque desafia a estabilidade de categorias gerais, frequentemente presumidas [*taken for granted*], mas em cujas tensões expressadas nos artigos aqui são postas em dúvida: as categorias de natureza, de sociedade, de tecnologia e de discurso. É notório que Latour insiste em não fazer distinções *a priori* entre humanos e não-humanos em estudos de conjuntos [*assemblages*], com isso oferece um bom alerta para um campo de estudo que muito frequentemente opera de acordo com estas precisas distinções.

Diferentes leitores desta coleção invocarão diferentes conceitos teóricos. Mas a partir da perspectiva deste leitor, fazendo isso eles trabalharão no mesmo problema muito geral. Este prefácio começa com a questão o que um livro pode *fazer*. Minha resposta para a coleção reunida aqui é que ela convoca os estudos de informação a ingressar nesse importante problema. Isso, para este leitor, é a conquista da coleção, seu efeito e sua virtude.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France, 1975-1976. Editores M. B e A. F. sob direção de F. Ewald e A. Fontana. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

---

<sup>1</sup> N.T. As citações ao referido livro de Deleuze foram traduzidas a partir da edição brasileira da Editora 34, 1995. P. 12. Em alguns casos houve necessidade de adequação ao texto deste prefácio. A alusão à obra de Foucault ao final da apresentação segue o mesmo princípio metodológico, utilizando a tradução da edição brasileira da Editora Martins Fontes, 1999.

<sup>2</sup> N.T. Quando necessário, foram feitos acréscimos no texto entre colchetes [ ] com a palavra original e demais explicações nas Notas de Tradução (N.T.).

<sup>3</sup> N.T. A palavra relay pode ser entendida como “retransmissor”, no caso o poder passa através dos indivíduos utilizando-os como retransmissores. No entanto, para manter a opção metodológica de utilizar - tanto quanto possível - traduções autorizadas das citações diretas dos textos, utilizamos a tradução dos trechos citados realizada por Maria E. Galvão (FOUCAULT, 1999, reimpressão de 2005). Aí ela usa o termo “intermediário”. Em nossa opinião, este - e outros trechos - perde um pouco do peso e da força que Foucault dá às passagens. Isso pode ser recuperado, no original do Prof. Frohmann em Inglês, também disponível neste número da Revista.

<sup>4</sup> N.T. Neste caso preferimos sujeito, pois *subject* tem esse duplo sentido, fazendo um jogo de palavras que vale a pena apontar.

5 N.T. Uma opção de tradução da citação seria: “descobrir como múltiplos corpos, forças, energias, matérias, desejos, pensamentos e tantos outros se constituíram como sujeitos (Cf. a nota anterior). A tradutora de certa forma simplifica o texto.

<sup>6</sup> N.T. Para o termo *theory of assemblages* não encontramos correspondência na língua portuguesa. Na falta de um nome autorizado, apontamos algumas possibilidades do sentido de *assemblage*, conceito de complexa riqueza semântica, que em Inglês, Francês e Espanhol remete ao sentido de reunir, juntar. Conceitos derivados da palavra *assemblage*, como *reassembling* ou *assemblages* já foram traduzidos também como ‘remontagem’ e ‘montagem’, incluindo o livro de Latour, cujo título “Reassembling the Social” já foi referido como “Remontando o social”. Assim, mantivemos o termo no original, preferindo deixar sua multiplicidade ecoar a gama de sentidos.